

LUGAR SOCIAL E SENTIDO DO DISCURSO: UM DIÁLOGO COM M. PÊCHEUX A PARTIR DE F. FLAUHAULT E DA CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE LINGUAGEM

Adail Sobral⁵⁵

RESUMO: A proposta de diálogo com Pêcheux aqui apresentada fundamenta-se no fato de ser possível sustentar, de uma perspectiva bakhtiniana, que a instauração de sentidos deve ser investigada primordialmente a partir das maneiras como são representados e postos a interagir no discurso as imagens discursivas dos sujeitos (os "lugares sociais"), a fim de preservar a unidade do objeto de análise, que é resultado de um projeto enunciativo e de formas situadas específicas de realização desse projeto pelos sujeitos. Essa nova maneira de entender os lugares sociais a partir de formulações de François Flauhault (desenvolvida inicialmente em SOBRAL, 1999) e dos princípios bakhtinianos contribui para mostrar a validade de centrar o exame dos processos de instauração do sentido nas relações interlocutivas (SOBRAL, 2006) entre os sujeitos, que são tanto sociais como individuais, sem desprezar a superfície do discurso, mas, pelo contrário, lendo-a a partir dessas relações, ou seja, lendo-se o chamado extradiscursivo em termos intradiscursivos.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar social. Enunciação. Flauhault. Sujeito. Sentido. Discurso.

ABSTRACT: The dialogue with Pêcheux here proposed is based on the possibility of arguing from a Bakhtinian perspective, that sense production must be investigated mainly considering how are represented and put to interact in discourse the images of subjects (their "social positions"), in order to preserve the unity of the object of analysis, which is the result of an enunciative project and the specific situated forms of realization of this project by subjects. This new way of understanding social positions according to François Flauhault proposals (developed in SOBRAL, 1999) and from Bakhtinian principles contributes to show the validity of centering the examination of the processes of sense production on interlocutive relationships (SOBRAL, 2006) between subjects, which are both social and individual, without ignoring the discourse surface, but, on the contrary, reading it by considering these relationships, i.e., by reading the so-called extradiscursive in intradiscursive terms.

KEYWORDS: Social positions. Enunciation. Flauhault. Subject. Sense. Discourse.

Introdução

Considerando-se que o discurso/enunciado é um fenômeno constituído na e pela enunciação e considerando-se ser esta o ato de um sujeito concreto, situado, pode-se dizer que o estudo da relação entre o discurso/enunciado e o ato da enunciação incide diretamente sobre o próprio ser do discurso, desdobrando-se em dois planos (cf. LANDOWSKY, 1989, p. 222): o da enunciação como ato “pelo qual o sujeito faz ser o sentido” e o do enunciado [discurso] como “objeto cujo sentido faz ser o sujeito”, dado que sujeito e discurso se acham estreitamente ligados por meio do ato enunciativo. Como isso evoca determinar que instâncias definem e atribuem essas competências, instauram uma ética e distinguem, ao defini-las, a identidade-contrariedade dos sentidos, dedicamo-nos aqui a reexaminar a formulação do

⁵⁵ Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas.

conceito de “lugar social” de M. Pêcheux com base em formulações de F. Flauhault e nos princípios do dialogismo bakhtiniano. Nosso objetivo consiste em propor uma definição do conceito de “lugar social” que dê conta dos aspectos individuais e sociais presentes na constituição do sujeito do discurso e na instauração de eventos de sentido e que reconheça o papel do sujeito de mediador entre o socialmente possível e o conjunturalmente realizável/realizado, em vez de fantoche das relações sociais ou *logos* autárquico.

A partir dessas considerações, detemo-nos no exame do vínculo entre o “jogo de imagens” proposto por Pêcheux no tocante aos lugares sociais e ao sentido do discurso – plano no qual vai incidir mais concretamente essa nossa proposta de reformulação do conceito de lugar social. Descobrir no discurso as marcas, em seus vários graus de desvelamento/ocultação, desse relacionamento enunciado-enunciação é a complexa tarefa de toda análise enunciativa. FIORIN (1996, p. 32), resumindo uma série de propostas acerca da enunciação, afirma estar assente que “as marcas da enunciação [incluindo-se, é claro, o sujeito da enunciação] presentes no enunciado permitem reconstituir o ato enunciativo”. Essa reconstrução envolve, segundo ele, três questões, que a nosso ver reforçam a ideia de ser o estatuto do sujeito o *locus* privilegiado da busca do sentido do discurso:

- (1) a das competências necessárias à produção do enunciado (linguística, discursiva – que “engloba uma competência narrativa”, textual, interdiscursiva, intertextual, pragmática e situacional);
- (2) a da “ética” da informação (leis discursivas referentes a, por exemplo, “informatividade” e “exaustividade”); e
- (3) a da maneira “como o texto deve ser considerado do ponto de vista da verdade e da realidade” e de como devem ser entendidos os enunciados: em termos de “identidade” ou de “contrariedade”.

Isso demonstra a complexidade do ato enunciativo e de sua determinação. A partir dessa constatação, procuraremos identificar, à luz do trabalho de F. Flauhault (1978), os determinantes imediatos dos lugares sociais, elementos cuja superposição permite identificar a posição relativa dos indivíduos no todo social. Segundo Flauhault, todo lugar social comporta dois níveis: o das determinações que levam o “sistema de lugares sociais” a se impor aos indivíduos como realidade e o do investimento *inconsciente* que gera a inscrição e o “esquecimento” do indivíduo nesse sistema.

A junção entre os determinantes do discurso e a representação que dele faz o indivíduo dá-lhe, nos termos de Flauhaul, o estatuto de uma “fala intermediária”: o indivíduo é afetado, mas não dominado, pelas coerções sociais, do mesmo como não é o produtor autárquico de seu discurso. Ele age como “investidor” no sistema simbólico de que advém o seu lugar social (sempre relativo, conjuntural, dependente da soma total de suas relações sociais), e os elementos por ele investidos advêm do sistema de lugares sociais, no qual encontram ressonância, e isso lhe permite inscrever-se e “esquecer” sua condição de ocupante de um dado lugar que não lhe é atribuído apenas por ele mesmo. Mas nem por isso é ele subsumido por essa atribuição social, uma vez que ela depende de seu agir para realizar-se.

De um ponto de vista bakhtiniano, podemos dizer, em consonância com Flauhaul, que todo ato verbal revela a ligação entre o sujeito individual e suas relações sociais, o que envolve um investimento simbólico pelo sujeito que não é completamente controlado por ele, supondo portanto algo semelhante ao segundo nível proposto por Flauhaul, ainda que os escritos de Bakhtin, Voloshinov e Medvedev não façam menção ao inconsciente. No tocante a isso, Voloshinov (1976) aborda a relação entre psique individual e ideologia, afirmando que como a compreensão e a consciência só se produzem com base num material semiótico e como esse material se institui como realidade concreta, a própria consciência só se constitui na “concretude material dos signos” (1976, p. 22), isto é, a consciência individual só se constitui, a partir do ideológico, *no processo de interação social*, que é o *locus* dos signos. Na relação entre o individual e o social, “a psique anula a si mesma, ou é eliminada, no processo de converter-se à ideologia, e a ideologia anula a si mesma no processo de converter-se à psique”.

Isso significa que o ideológico precisa realizar-se em signo, e a realização do signo só vem a ocorrer por meio da ideologia, ou seja, todo enunciado envolve uma valoração, não sendo assim mera descrição, mas recorte interessado, do mundo social e histórico. Como precisa realizar-se no signo ideológico como signo, o sentido depende de sua inscrição na psique (no “mundo interno”), porque, sem assumir uma acentuação de valor dependente da posição relativa do sujeito, o signo não tem vida, estiola-se. Por outro lado, o signo interior, para deixar de ser uma experiência apenas subjetiva e tornar-se signo social (ideológico), e, portanto, para ser compreendido e experienciado pelos interlocutores ao qual é endereçado, deve integrar-se aos contextos dos signos sociais, transformando a significação, parte do sistema linguístico, em sentido, ou seja, significação mobilizada socialmente em contexto.

Voloshinov afirma que a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade dos signos sociais, que segue as leis da interação semiótica, determinadas diretamente pelas leis

econômicas e sociais: a realidade dos fenômenos ideológicos é a superestrutura imediata da infraestrutura econômica. Para ele, a palavra (a linguagem) é portanto o fenômeno ideológico por excelência: sua natureza se define por sua função de signo e sua realidade é determinada pelo intercâmbio social.

Esses elementos nos permitem combinar aqui a concepção dialógica de linguagem com teses de Flauhault, o que vamos propor depois da descrição da proposta deste.

A proposta de Flauhault

Segundo Flauhault (1978), concorrem para a instauração dos discursos quatro “registros” (ou níveis, ordens, instâncias). O *registro inconsciente* é o conjunto dos discursos que estruturam o locutor sem que ele tenha consciência, fixando o quadro de sua identificação (não de sua identidade, ressalte-se). Esse registro pode ser entendido, segundo o autor, como um “*sistema de lugares sem nome*”, uma “*rede de interlocução esquecida*” (1978, p. 142). Mas como o inconsciente requer não só uma consciência como um sujeito, e como os sujeitos são constituídos na sociedade e na história, tem-se de considerar o aspecto ideológico.

O *registro ideológico* é definido a partir da divisão entre lugares e classes em termos das relações de produção e da tendência do discurso à completude, entendida como referência a uma totalidade. Trata-se da existência de uma correspondência *não mecânica* entre um “lugar social” e um “lugar discursivo”; quer dizer, o discurso de um indivíduo é uma representação “interessada”, “situada” da realidade, o que mais uma vez aproxima Flauhault de Bakhtin. Percebe-se quanto a esse registro que o mundo, lugar da identidade do indivíduo, situa-o *em relação* ao todo social, que constitui para ele a realidade, sendo o limite, a fronteira, entre indivíduo e mundo “*compensado, reforçado, camuflado, naturalizado ou explorado*” (1978, p. 142) pela constituição social e histórica dos indivíduos, ou seja, a *objetivação do mundo* pela divisão interessada da sociedade em grupos que recortam a materialidade física simbolicamente (no sentido de Cassirer).

Além disso, o sujeito sempre se dirige a algum outro, e procura levar esse *outro* a reconhecer o “valor” das posições discursivas a que remete, e estas se referem à relação do locutor com o todo social, incluindo sua interação com cada *outro* específico. O locutor empenha-se em ajustar-se ao interlocutor ao buscar evitar rupturas discursivas que o impeçam de deste receber reconhecimento. Mas o reconhecimento da relação do locutor com a completude, que este deseja, só ocorre quando o *outro* reconhece, no dizer de Flauhault, a “*verdade, racionalidade, pertinência e a visão mais adequada das coisas que o seu [do locutor] discurso quer testemunhar*” (*Op. cit.*, p. 144). Esse reconhecimento pelo outro é

reconhecimento do *lugar* do locutor e de seu outro, seu lugar em relação ao seu outro, o que resgata a dimensão individual, mas não subjetiva estrita, dos sujeitos. O “mais adequado” lembra as noções bakhtinianas de valoração e de presumido: o que é “aceito” pelo interlocutor advém tanto da aceitação das bases da valoração (o presumido) como de sua consequência, a valoração social cabível em cada caso, ou seja, em cada *situação de fala*.

O registro *situação de fala* se refere ao lugar atribuído ao locutor no “*sistema de lugares que torna possível uma dada situação de fala*” (*Id.*, p. 144). Esse registro remete à possibilidade de um indivíduo determinado realizar um dado ato de fala numa dada situação; remete, pois, às instâncias sociais e às suas restrições não ditas, implícitas, que não determinam todo o agir do sujeito, mas o afetam. Há aqui dois níveis complementares: o da *realidade material* a que reenvia o lugar social, nível de atuação do locutor, e o da *representação* que ocupa esse seu lugar da realidade material. Logo, cabe insistir que as situações de fala são mediadas por coerções que levam o indivíduo a situar-se frente ao todo social em termos não autárquicos, mas nem por isso ele se acha integralmente submetido a elas. Mas tudo isso só faz sentido na produção do discurso, e todo discurso produzido circula de acordo com as possibilidades do momento de sua produção. Isso requer a proposição do 4º registro, o da *circulação discursiva*.

O registro da *circulação discursiva* dá conta da definição do lugar social dos participantes do discurso por meio da relação deste com a(s) discursividade(s) conjunturalmente “dominantes”. Convergem para esse registro os efeitos dos anteriores, já que ele é o espaço da definição do possível e do impossível, do desejável e do indesejável numa dada situação, a partir de um dado lugar e de um dado investimento inconsciente e numa dada situação histórico-social. Os efeitos que os outros registros têm neste se manifestam, se alteram, se deslocam ou se reforçam mutuamente.

Considerando esses quatro registros, pode-se dizer que os discursos se produzem tendo por parâmetro as possibilidades discursivas instituídas na situação particular de sua instauração, o que envolve tanto o contexto imediato como contextos mediatos. Esse discurso instituído, ao servir de mediador entre os interlocutores, torna-se o discurso “dominante” para esses interlocutores. Um discurso não dominante tem de se fazer impor como tal, fazendo que o seu “valor” seja reconhecido: daí porque, também no discurso, manifesta-se o conflito social.

Na verdade, todo lugar social representado no discurso quer ser reconhecido como parte de uma totalidade e como voltado para ela, já que o discurso é sempre uma interação, é sempre algo dirigido ao *outro* e, seja pela contradição ou pelo acordo, procura um “sistema

discursivo” comum. Em consequência, todo lugar social quer ser reconhecido e ter seu discurso reconhecido como mais próximo da completude, do todo, do outro. Por isso, ajusta-se o mais “perfeitamente” a esse outro, ao todo, funcionando este último como sua validação *a priori*: o sujeito tem a expectativa de que a “verdade” de seu enunciado seja aceita pelo interlocutor.

No discurso, portanto, o locutor deseja ser reconhecido, ao ter a posse momentânea da fala, como estando além do outro, procurando fazê-lo lembrar-se de que mantém relação com algo que está *além* dele mas que se manifesta *através* dele. Logo, a heterogeneidade discursiva é levada a tomar o discurso dominante como “referente” e, quando é representada nesse discurso, segue a ordem nele estabelecida. O discurso dominante é portanto, a um só tempo, a “matriz” do que pode ser dito e o “abismo” do que não pode – algo que no entanto pode ser alterado, e o é, a depender da conjuntura, que altera as posições relativas dos lugares sociais, visto que estes não são posições fixas e imutáveis.

Dialogando com Flauhault em chave bakhtiniana

Para determinar a relação entre os elementos “objetivos” e “subjetivos” envolvidos no processo de definição do lugar social, tratamos o indivíduo, tornado sujeito em suas relações sociais, como simultaneamente dotado de consciência individual e mediado pelas relações sociais, à luz dos quatro “registros” propostos por Flauhault. O processo de formação da identidade (que envolve um sujeito “em constante tornar-se”) é um complexo simbólico-material que envolve investimentos e representações inconscientes, determinações ideológicas, determinações amplas e específicas das condições de instauração dos discursos, regulamentações da circulação discursiva e outros elementos dialogicamente interligados que geram determinadas práticas e determinados atos a elas pertinentes, sem isomorfismos.

Determinar a natureza do espaço opaco que há entre o funcionamento efetivo do discurso e a consciência que dele têm os indivíduos implica determinar a relação entre o lugar do indivíduo como sujeito de seu discurso e seu lugar no todo social. O discurso é sempre dirigido a algum outro de quem o locutor espera um reconhecimento do lugar que ocupa e da “verdade” do seu discurso no âmbito de um complexo que transcende o discurso e suas condições de instauração. Cabe então verificar como se articulam a identificação do indivíduo consigo mesmo, sua autoidentificação, e as coerções das práticas de que ele participa. A questão central é verificar como o indivíduo, uma vez constituído em sujeito, representa para si mesmo sua própria existência diante da presença de mediações opacas em suas ações. Ou

seja, trata-se de verificar o modo como *o sujeito produz socialmente sua identidade pessoal* (cf. SHOTTER, 1997).

O primeiro ponto a ressaltar refere-se aos mecanismos da representação que o indivíduo faz de suas condições de existência (Marx), mecanismos que determinam sua inserção numa relação com o todo na qual ele afasta a violência do contato com a realidade, instituindo e representando um “terceiro” que transcende seu interlocutor e lhe serve de garantia à existência (um sobredestinatário ou fiador). Isto é, a posse momentânea da palavra – dirigida ao outro e voltada para o todo – é representada pelo locutor, por meio de mecanismos sociais de regulação, como mediada por um terceiro que lhe garante (e ao seu interlocutor) a identidade de indivíduo, sendo esse terceiro a garantia da “verdade” do seu discurso e da legitimidade de suas ações.

Nesse espaço, em que se realiza (aparentemente) como ser separado da completude com que se relaciona, o indivíduo representa *imaginariamente* a base do seu “eu” e do todo social. Voltado para o todo, onde está o terceiro (sem nome, nunca visto e sempre presente) diante do qual se identifica, o indivíduo vê-se emaranhado nas malhas dos mecanismos da formação social que asseguram a continuidade de sua produção/reprodução e do próprio sentimento de existir como indivíduo. Assim, a reprodução das determinações sociais se apoia no espaço que o indivíduo cria para se representar como “eu” e, portanto, como sujeito; esse processo serve-se desse espaço para dissimular sua imposição e suas funções, que, se não o submetem, impõem-lhe restrições.

Essa “figuração do terceiro” (que influencia a relação imediata entre interlocutores), ponto crucial para o que dissemos acima e de que Bakhtin e seu Círculo também se ocuparam, encontra em Flauhaul uma formulação que envolve as categorias de *objetivo, regra e substância*, por meio das quais a representação do indivíduo como eu e como sujeito se articula com o ideológico.

O *objetivo* se apoia no sistema de regras de instauração de “fins comuns” que levam o indivíduo a se representar como parte de um todo que o transcende e que é fundamental para sua existência. Permanecem os fins particulares de cada indivíduo, mas os “fins comuns” aí intervêm, pois o indivíduo fala e age *para* o outro e *com* o outro, representando-se e a esse outro como transcendidos pelo terceiro (um Sujeito diante de sujeitos?) frente ao qual ele, diferenciando-se e assumindo uma dada identidade, integra-se enquanto eu e sujeito (o que lembra de certo modo a *comunidade discursiva* de Maingueneau).

As *regras* servem à fixação das possibilidades de circulação das representações e dos discursos, incidindo sobre as condições de funcionamento da linguagem em uso. Sua base é a

impossibilidade de o indivíduo constituir-se *em si mesmo e fora da linguagem*, ou seja, sem o *outro* e sem o *terceiro* (a Ordem do Pai?). Logo, o processo de identificação é fixado por meio das regulações das representações, ações e falas de que o indivíduo pode dispor, com suas alterações conjunturais. A *substância* caracteriza o processo de referência do discurso à “realidade”, tendo um duplo aspecto: a *realização* do indivíduo como eu – que é limitada e específica – e a “*mediação*” social, que são processos de relação entre eus.

Podemos então caracterizar a “figuração do terceiro” como um movimento pendular de ciclos contraditórios em que o indivíduo *tanto* é afetado por restrições que o levam a se constituir com base em algo definido (e, portanto, limitado), *como* se vê diante de uma totalidade que o desafia à transcendência e o leva a procurar situar-se, e ao seu discurso, no plano do absoluto, dando-lhe ao mesmo tempo a impressão de que permanece apenas no real. Os dois momentos contraditórios desse movimento têm um equilíbrio precário, deixando o indivíduo entre a proibição de acesso a um universo simbólico amplo e a recuperação imaginária do acesso a esse mesmo universo, porque, sem esta última, ele não mais seria sujeito, e sim *fantoches* das relações sociais, mas, sem aquela, se constituiria para além da sociedade e da história, *autarquicamente*.

Os elementos arrolados permitem vislumbrar uma noção de lugar social que caracteriza o sujeito discursivo como interpelado discursiva e ideologicamente, e definido, na relação com o outro. O lugar social é entendido assim como a posição dos indivíduos na estrutura da formação social e, ao mesmo tempo, como a representação imaginária dessa posição, definidas situacionalmente, o que mostra que a constituição e a posição social dos indivíduos englobam componentes “subjetivos” (a consciência individual e seus processos) e “objetivos” (o intercâmbio social e suas práticas), mostrando-se superior tanto a caracterizações do sujeito discursivo como centro das ações e dos sentidos como às que o veem como entidade anulada pelas determinações sociais (um quase objeto?).

Essa caracterização do sujeito discursivo leva em conta que a interação individual-social constitui um espaço

- (1) no qual os indivíduos podem fazer investimentos simbólicos e que lhes permite a “posse da palavra”;
- (2) em que são regulados o tipo e os materiais simbólicos de que podem lançar mão os indivíduos ao fazer investimentos simbólicos; e
- (3) em que há relações entre os vários discursos “possíveis” em situações concretas.

Logo, ao mesmo tempo em que está sob a ação das várias determinações sociais, de que são parte as linguístico-discursivas, o indivíduo é necessário para atualizar essas mesmas determinações – o que ele faz à sua maneira. Esses elementos convergem para formar um complexo que determina conjunturalmente *quem* (no sentido de imagens discursivas dos sujeitos, não de pessoas empíricas) pode agir, com uma dada intencionalidade, dirigindo-se a *quem*, e a partir de *que posição*, incluindo o gasto inconsciente necessário a esse agir, os *objetos* que podem ser empregados para isso e as *situações específicas* em que isso é possível.

Nesse sentido, esse conceito de lugar social reflete o fato, apontado por Verón (1980:81), de que o “*conjunto das determinações que definem a posição social dos produtores [do discurso] é o que se pode designar como as condições de produção dos discursos*”. Essa caracterização parte essencialmente do próprio discurso, que apresenta em sua estrutura as marcas (intradiscursivizadas) de sua instauração. Cabe ao analista buscar os elementos que, a partir das diferentes determinações, refletem o processo de constituição dos lugares sociais e, portanto, as condições de instauração do discurso. Nesses termos, os sentidos discursivos refletem o processo material de sua “instauração”, e nesse processo os elementos relativos aos lugares sociais, que protagonizam o discurso, têm um papel essencial.

A partir dessas considerações, vamos examinar o vínculo entre o “jogo de imagens” proposto por Pêcheux no tocante aos lugares sociais e o sentido do discurso – plano no qual vai incidir mais concretamente essa nossa proposta de reformulação do conceito de lugar social –, a fim de apresentar uma proposta que parte de uma reinterpretação bakhtiniana da proposta de Flauhault.

O jogo de imagens de Pêcheux

Pêcheux (1969), buscando a explicação do modo como se estrutura o discurso, propõe uma série de “imagens” que caracterizariam o locutor e o interlocutor no discurso. Essas imagens, ainda que não tomadas efetivamente como perguntas a que responderiam o locutor e o interlocutor, são apresentadas metodologicamente como tais. São elas:

1. *Quem sou eu para lhe falar assim?*
2. *Quem é ele para eu lhe falar assim?*
3. *Quem sou eu para que ele me fale assim?*
4. *Quem é ele para que ele me fale assim?*

Essas imagens referem-se ao modo como locutor e interlocutor se situam em seu lugar social de locutor (1 e 4) e de interlocutor (2 e 3); 1 e 2 são referentes de modo direto à representação que o locutor faz de si mesmo (1) e do interlocutor (2), e 3 e 4 vinculam-se com a representação que o interlocutor faz de si mesmo (3) e do locutor (4). A “resposta” a essas perguntas, ao determinar o lugar social dos protagonistas, definiria a interação entre eles.

Destaco que, pra Pêcheux, é o locutor quem “representa” as questões; no caso de 3 e 4, o locutor projeta suas necessidades de *reconhecimento* pelo interlocutor. Assim, sempre pode ocorrer uma discrepância entre essas “respostas” do locutor e aquelas que o interlocutor efetivamente constrói para si, o que pode provocar a “deslegitimação” do discurso e da “verdade” que o locutor quer ver reconhecidos (vide a conclamação do ex-presidente Collor de Mello para que o povo fosse às ruas defendê-lo e a manifestação contrária a ele que a isso se seguiu).

Diante dessa possibilidade de “recusa”, o locutor ajusta o discurso à situação *tal como a vê*, procurando lançar mão de vários recursos discursivos para antecipar-se a um confronto, ao não reconhecimento, à quebra da interação discursivamente instaurada etc. Logo, assim como atribui a um “terceiro” a legitimidade do seu discurso, a verdade daquilo que diz, o locutor, num processo de dissonância cognitiva, toma essas discrepâncias como falhas do interlocutor no reconhecimento do seu lugar social, decorrência da ação de um “terceiro” (suposto adversário do locutor e do interlocutor), que também poderia dirigir-se a este último, real ou virtualmente. Logo, as discrepâncias são atribuídas, no discurso, ao “terceiro” cujas “teses” o locutor procura deslegitimar por antecipação ao qualificá-las negativamente em oposição às suas, positivamente caracterizadas enquanto elementos compartilhados pelo interlocutor e pelo “terceiro” positivo.

A concepção aqui apresentada enseja a consideração dos ajustes discursivos a possíveis não-reconhecimentos das representações que faz o locutor, levando-o a “construir” o discurso segundo o que julga ser a “expectativa” do interlocutor. Ressalta dela que o ajuste do locutor ao interlocutor ocorre sempre, em função do objetivo de realização de uma intenção/intencionalidade, um “querer-dizer”, tanto por *antecipação* como pela *fixação* de uma dada imagem.

Osakabe (1979), por outro lado, em sua obra pioneira *Argumentação e Discurso Político*, julgou necessário acrescentar às imagens de Pêcheux as apresentadas a seguir:

- a. *De que lhe falo eu?*
- b. *De que ele me fala?*

c. *O que A pretende de B falando dessa forma?*

d. *O que A pretende de A falando dessa forma?*

Segundo Osakabe, essas perguntas dariam conta do “referente” e da intenção do locutor, a seu ver ausentes da proposta de Pêcheux: *a* definiria o referente do ponto de vista do locutor e *b* o referente da perspectiva do interlocutor; *c* definiria a intenção do locutor com relação ao interlocutor e *d* a intenção do locutor com relação a si mesmo.

O lugar social como posição-sujeito

Flauhault, como vimos, propõe quatro registros para dar conta do lugar social, comprovando sua complexidade e a dificuldade de defini-lo. A representação esquemática da relação entre esses registros é a seguinte:



A, B e C, como vemos, convergem para **D**, o que privilegia a produção, circulação e recepção dos discursos como o espaço no qual se define a identificação do locutor, a relação entre o lugar social e o lugar discursivo e a situação de fala. Isso amplia a definição de lugar social, aproximando Flauhault, mais uma vez, de Bakhtin: o registro da circulação discursiva lembra sobremaneira o conceito de esfera de atividade.

Considerando esses “registros”, propomo-nos a defender a ideia de que as “perguntas” de Pêcheux (1-4) podem tomar a forma de:

A. *Qual o meu lugar social?*

B. *Qual o lugar social daquele a quem me dirijo?*

A e B implicam que os protagonistas do discurso são lugares sociais cuja configuração “geral” lhes permite estar presentes a um dado discurso em determinadas circunstâncias, a interagir discursivamente de modo situado. Essa configuração de cada protagonista do discurso em sua interação é determinante da orientação argumentativa e da estruturação semiótica de seu discurso, o que torna supérfluo falar de referente e de intenção como coisas apartadas dos lugares sociais. A prática social em que o discurso é produzido, por sua própria constituição numa dada formação social, determina as “intenções” e os “referentes” do discurso em termos gerais, mas não tem como prever *todas as conjunturas*. Se o fizesse, a rigor todos os sujeitos diriam sempre o mesmo! Exatamente o mesmo!

Propomos que as “respostas” de A-B implicam necessariamente as respostas de *a-d*, pois as “intenções” e os “referentes” possíveis do discurso dependem das características específicas dos seus protagonistas, incluindo suas relações possíveis entre si, não se podendo concebê-las como independentes destas. Logo, reconhecer um dado lugar social e uma dada interação entre lugares sociais é reconhecer um dado “referente” e uma dada intenção, o que preserva a unidade discursiva, em vez de seccioná-la em dois planos independentes.

Essa proposta advém do fato de sustentarmos, de uma perspectiva bakhtiniana que encontra eco no texto de Flauhault aqui mencionado, a ideia da instauração do sentido como algo a ser investigado principalmente a partir da forma como são representados e postos a interagir os lugares sociais (interlocutores social e historicamente organizados) no discurso, a fim de preservar a unidade do objeto de análise. Portanto, A-B são consideradas fundamentais para a determinação de *a-d*, ao mesmo tempo em que estas últimas são consideradas índices daquelas, num movimento de interconstituição.

Essa nova maneira de entender os lugares sociais retoma, como se pode ver, formulações de Flauhault de uma perspectiva bakhtiniana para centrar a instauração de sentidos nas relações interlocutivas (cf. SOBRAL, 2006) entre os sujeitos, que são tanto sociais como individuais. Isso amplia consideravelmente o campo de ação do analista, pois lhe permite tomar 1-4 (os lugares sociais, que remetem ao “extradiscursivo”) e *a-d* (a textualidade do discurso, que remete ao “intradiscursivo”) ao mesmo tempo, a partir da consideração do discurso *tanto* em termos de sua inserção (não transparente) em determinadas práticas sociais *como* em termos das estratégias particulares que se manifestam em sua superfície numa dada situação. Atuando no âmbito da relação constitutiva entre o discursivo e o “extradiscursivo” em sua “intradiscursivização”, por ser o discurso o lugar em que a enunciação deixa suas marcas, essa perspectiva permite dar conta da maneira particular como

se instauram sentidos no discurso com a mediação dos lugares sociais, ou sujeitos, segundo o dialogismo bakhtiniano, com suas valorações.

Essa redefinição do conceito de lugar social permite redefinir o discurso como um processo histórico-social de instauração de sentidos que determina, a partir dos lugares sociais dos interlocutores envolvidos, o referente valorado, a intencionalidade, as imagens identitárias, as estratégias argumentativas etc., algo que se acha presente na própria materialidade do discurso, intradiscursivizado, para ser reconhecido como tal.

Nesses termos, os enunciados/discursos não podem ser considerados meras instancias de formações discursivas, mas resultado da ação mediadora dos sujeitos, a partir de suas imagens discursivas, entre os sentidos socialmente possíveis (ou seja, de acordo com as coerções sociais) e os sentidos efetivamente instaurados em situações concretas conjunturalmente possíveis. Os sujeitos, enquanto lugares sociais, não estão submetidos ao social nem acima dele; se o social de certo modo os subsume, sem eles o social não se realiza.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. São Paulo: Forense-Universitária, 1981.
- FIORIN (1996).
- FLAUHAULT, F. **La parole intermédiaire**. Paris: Seuil, 1978.
- FOUCAULT, M. **L'Ordre du Discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard. (1969),
- GONÇALVES, M. S. (1977), “Em busca de uma visão totalizante de língua”, **Estudos**, nº 3, Uberaba, FISTA.
- _____. “argumentando...”, **Estudos**, nº 5, Uberaba, FISTA, 1978.
- _____. **“Elementos para uma proposição da noção de interlocutor como categoria lingüística”**. Dissertação de Mestrado, IEL - UNICAMP, mimeo, 1981.
- _____. “Lugar Social e Análise do Discurso”, **Estudos Lingüísticos**, VI, Campinas, PUC/GEL, 1982.
- LACAN, J. “O estádio do espelho como formador da função do Eu”, in ZIZEK, S., (Org.), **Um Mapa da Ideologia**. RJ: Contraponto, 1996.
- LANDOWSKY, E. **La société réfléchie**. Paris: Seuil, 1989.
- OSAKABE, H. **Argumentação e Discurso Político**. SP: Kairós, 1979.
- _____. “Sobre a noção de discurso”, **Estudos**, nº 6, Uberaba, FISTA, 1981.
- PÊCHEUX, M. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.
- _____. **Les Verités de la Palice**. Paris: Maspero, 1975.

_____. **Language, Semantics and Ideology**, Londres, Macmillan, 1982.

_____. “O mecanismo do (des)conhecimento ideológico”, in ZIZEK, S., (Org.), 1996, **Um Mapa da Ideologia**, RJ: Contraponto, 1996.

_____. e FUCHS, C. “Mise au point et perspectives à propos de l’analyse automatique du discours”, **Langages**, nº 37, Paris, Didier/Larousse, 1975.

SHOTTER, J. The social construction of our ‘inner’ lives. **Journal of Constructivist Psychology**, 10, p.7-24.

SOBRAL, A. U. “**Formações ideológicas e lingüísticas e organização argumentativa: o discurso político e suas articulações**”. Comunicação apresentada no XXI Seminário do GEL, Universidade de São Paulo, 1979.

_____. “**Discurso e Ideologia: Considerações Prévias**”, Comunicação apresentada no V I.I.L./VI I. B. L. (PILEI), Unicamp, 1980.

_____. “Análise do Discurso, Linguagem e Ideologia”, **Estudos Lingüísticos**, IV, Araraquara, GEL/UNESP, 1981.

_____. “‘Lugar Social’ e Sentido do Discurso: algumas observações”, **Estudos Lingüísticos**, VI, Campinas, GEL/PUCC, 1982.

_____. **A Escola Francesa de Análise do Discurso: Elementos para um Resgate Crítico da Noção de Lugar Social**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

_____. **Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda**. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

_____. **Lugar Social e Sentido do Discurso: um diálogo com Pêcheux a partir de Flauhault e Bakhtin**. Comunicação apresentada ao II Colóquio Internacional de Análise do Discurso. UFSCAR, 2009.

VERÓN, E. “Remarques sur l’idéologie comme production de sens”, **Sociologie et Sociétés**, vol. 5, nº 2, Montreal, PUM, 1973.

VOLOSHINOV, V. N. **El signo ideológico y la filosofía del lenguaje**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.